

AS TRANSFORMAÇÕES DA RIQUEZA DOS CAFEICULTORES EM RIBEIRÃO PRETO ENTRE 1920 E 1951

Jonas Rafael dos Santos
UNESP/FRANCA

Resumo: Propõe-se analisar o impacto da crise do café de 1929 na transformação da composição dos níveis de riqueza de um conjunto de cafeicultores em Ribeirão entre 1920 e 1951. O objetivo central é verificar se a consolidação do setor urbano, após 1930 em Ribeirão Preto, ocorreu devido à transferência da riqueza dos cafeicultores para o comércio e indústria. A partir da análise da composição dos ativos da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto verifica-se que a crise de 1929 mudou a configuração da mesma. Os cafeicultores apesar de investirem em outros setores, observa-se que estes foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior parte da suas riquezas aplicadas no setor rural da economia de Ribeirão Preto. Na amostra aparecem alguns cafeicultores atuando no setor do comércio, porém estes são imigrantes, que acumularam nos centros urbanos e transferiram parte da sua riqueza para o setor rural. No setor industrial verifica-se que vários investiram em ações de empresas como a Companhia Antártica Paulista, cimento Portland, banco Itaú e etc. Porém, não identificamos nenhum investimento direto na produção industrial. Utilizamos como fonte os inventários dos cafeicultores que se encontram no arquivo judiciário de Ribeirão Preto.

Palavras chave: riqueza; cafeicultura; crise de 1929; Ribeirão Preto.

Introdução

A depressão mundial de 1929 trouxe repercussões significativas para a economia brasileira, provocando alterações na esfera produtiva, ao induzir a diversificação das atividades econômicas. A partir deste período o café, que era o principal produto da receita de exportação, sofre uma desvalorização expressiva. Dessa forma, até 1930 a economia brasileira tinha como setor dinâmico a agricultura de exportação, mais especificamente a produção cafeeira, que estava voltada para o mercado externo. A partir desse período o motor da economia passa a ser a produção voltada para o mercado interno, tendo como eixo central a indústria. Este período é chamado pela historiografia como de transição de uma economia capitalista exportadora para uma economia capitalista industrial¹.

¹MELLO, João Manuel C. O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982, 2ª edição. SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Os estudiosos que se dedicaram a estudar este período têm o enfoque sob vários aspectos, procurando analisar o impacto da crise do café de 1929 no desenvolvimento industrial, na crise das ferrovias, no pensamento dos industriais, na diversificação agrícola, na mudança das relações de trabalho e etc².

Este trabalho se diferencia dessas abordagens, pois nossa preocupação é analisar a crise do café de 1929 em uma localidade específica, a partir do estudo da riqueza, com objetivo de avançar em algumas questões já debatidas pela historiografia econômica sobre o período.

A questão central será verificar qual foi a participação dos cafeicultores nos setores que se apresentaram após 1929 como alternativas de investimentos.

Vários autores têm se dedicado a explicar a origem do capital investido na diversificação neste período. Dentre eles Celso Furtado destaca-se. Segundo este autor os investimentos em outros setores deveram-se a transferência de Capital da cafeicultura para os mesmos. Wilson Cano, ao estudar o processo de concentração industrial em São Paulo, compartilha com Furtado a idéia de que os capitais investidos na indústria advém do setor agro-exportador.

Warren Dean³, ao estudar o processo de industrialização em São Paulo entre 1920 e 1940 afirma que o capital utilizado para a formação dessas é originário da burguesia imigrante – importadora. Sérgio Silva concorda com a idéia de Dean a respeito da origem do capital industrial apesar de se dedicar o seu estudo ao período anterior a década de trinta e criticar a postura de Dean a respeito à origem da indústria no Brasil. Segundo este autor a industrialização não surge pura e simplesmente devido ao desempenho do setor de exportação como argumenta Dean, mas sim em função “ da reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira ...” Por outro lado a industrialização “... está em contradição com a própria reprodução do

² LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978. SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986. SAES, Flávio de Azevedo Marques. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. S. Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do Livro. OLIVEIRA, Oswaldo Luiz; TARTAGLIA, José Carlos. *Agricultura paulista e sua dinâmica regional, 1920-1980*. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista; v.1, n.2.

³ Cf. DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL:EDUSP, 1971.

capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira”⁴. Dessa forma este autor chama atenção para o fato de que a indústria brasileira já nasceu grande. Pois, os imigrantes importadores são donos de expressivos capitais.

Vereda Stolke⁵, após defender com vênemência a resistência dos cafeicultores na produção do café após a crise do em 1929, coloca a em dúvida na conclusão do texto. Segundo ela estes poderiam estar produzindo café e aplicando também em outras atividades, uma vez que no contexto da época existiam outras atividades mais lucrativas tanto na indústria quanto na agricultura. Sendo assim em uma nota de rodapé enfatiza que ; “é necessária uma pesquisa sobre os vínculos dos cafeicultores com outros setores da economia”.

Wilson Suzigan⁶, ao enfatizar o processo de investimentos na indústria a partir da análise de Furtado de que este capital era oriundo da cafeicultura, enfatiza que: “... não há atualmente nenhuma evidência disponível que permita determinar até que ponto esses investimentos foram financiados – se é que o foram – pela transferência de recursos do setor cafeeiro exportador, ainda que através do sistema financeiro”. P.63

Boris Fausto⁷, ao conceder uma entrevista para folha de São Paulo em 02 de abril de 2000, volta a chamar a atenção para esta lacuna existente a respeito do problema na história do Brasil.

Bresser Pereira em artigo recente retoma a idéia elaborada no final da década de 60 e que não foi muito discutida e aceita. Segundo o autor os investimentos na indústria paulista foram resultados das ações de imigrantes e não da transferência da riqueza dos cafeicultores para a indústria⁸.

Tendo por base a discussão a respeito do destino do capital dos cafeicultores após 1930, nossa preocupação é contribuir para avançar, já que os inventários são fontes que até o momento não se têm informação de que as mesmas já foram utilizadas

⁴ SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976. p. 112

⁵ STOLTKE, *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.opcit. P. 128

⁶ SUZIGAN, opcit. P. 63

⁷ Folha de São Paulo, Caderno Mais!. 02 de abril de 2000 .

⁸ PEREIRA, Luiz C. Bresser. Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil. In *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. Tamás Szmerecsányis & Ricardo Maranhão (organizadores). 2 ed. Revista. – São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

para compreender o período de transição da economia capitalista exportadora para uma economia capitalista industrial.

Dessa forma, como já salientou Zélia Cardoso de Mello: “ As mudanças nas formas de riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade”. Dessa forma, “investigar as transformações da riqueza significa produzir informes adicionais que permitem compreender o modo como se deu a transição de uma economia (capitalista exportadora para uma capitalista industrial)⁹.- [grifo nosso]

Dinâmica econômica e populacional de Ribeirão Preto entre 1900 e 1950

A freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto foi fundada em 1870 e elevada à categoria de vila, com desmembramento da vila de São Simão, em 1871. Porém, a primeira eleição dos vereadores e juizes de paz ocorreu apenas no início de 1874.¹⁰ .

Em 1874, com a constituição da câmara, a vila passou a ser município. Neste ano a população de Ribeirão Preto era composta por 5.552 pessoas. Em 1887, Ribeirão Preto possuía 10.420 habitantes. Este crescimento da população está diretamente relacionado com a expansão da linha férrea da Mogiana que chegou em Ribeirão Preto em 1883 e também com a introdução e desenvolvimento do cultivo do café, que se iniciou na década de 1870. (tabela 1)

Em 1900 a população já era composta por 60.000 pessoas, devido às correntes migratórias, principalmente de italianos, que se iniciaram em fins de 1880. A consolidação da expansão do cultivo do café e o intenso processo migratório provocaram uma transformação significativa na cidade de Ribeirão Preto. O comércio, a indústria e as atividades liberais se desenvolveram a partir da expansão da economia cafeeira, que continuou a impulsionar o crescimento da população. Porém, entre 1900 e 1912, a população apresentou um decréscimo em seu número, passando de 60.000 para 58.000. Já em 1922 a população apresentava um crescimento, chegando a 75.000 pessoas. (tabela 1)

⁹ MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza São Paulo, 1845 – 1895*. Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1985. p.26

¹⁰ COSTA, E. da. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo, 1955. p. 13

Em decorrência da crise de 1929 a população apresentou uma certa estabilização. Em 1940, a população de Ribeirão Preto não passava de 79.783 habitantes. Porém, em 1950 ela era composta por 92.160 pessoas. (tabela 1)

Tabela 1
Evolução da população de Ribeirão Preto entre 1874 e 1950

Ano	Pop. Rural	Pop. Urbana	Pop. Total
Números Absolutos			
1874	-----	-----	5.000
1886	-----	-----	10.000
1900	-----	-----	60.000
1912	39.488	18.732	58.220
1922	50.000	25.000	75.000
1940	31.766	48.017	79.783
1950	28.848	63.312	92.160
Porcentagem			
1874	-----	-----	100,0
1886	-----	-----	100,0
1900	-----	-----	100,0
1912	67,82	32,18	100,0
1922	66,66	33,34	100,0
1940	39,82	60,18	100,0
1950	31,30	68,70	100,0

Fontes: 1874, 1886 e 1900, CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE, 1981, v.2 e 3, pp. 10-27. 1912, 1940 e 1950. WALKER, Thomas W.; Barbosa, Agnaldo de Souza. Dos Coronéis à Metrópole: Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no Século XX. Ribeirão Preto, SP: Palavra Mágica, 2000. 1922, O município e a cidade de Ribeirão Preto no 1º Centenário da Independência Nacional

Na primeira metade do século XX, apesar do crescimento populacional de Ribeirão Preto não apresentar os mesmos índices do final do século XIX, é digno de nota que a participação da população rural e urbana apresentou uma modificação significativa entre 1912 e 1950. Em 1912 a população rural era a maioria, representava 67,82% e a urbana apenas 32,18%. Em 1922 a representatividade da população rural e urbana não se alterou, assinalando respectivamente 66,66% e 33,34%. A crise de 1929 alterou significativamente esta composição da população de Ribeirão Preto. Já em 1940, ocorre uma inversão, sendo a população rural composta por 39,82% e a urbana por 60,18% da população total. Em 1950, a população urbana aumenta ainda mais a sua

participação em relação a população total, passando para 68,70% e a rural para 31,30%. (tabela 1)

Esta mudança na estrutura populacional de Ribeirão Preto, principalmente após 1930, está intimamente ligada ao desempenho da cafeicultura no município.

Em 1900 a expansão da cafeicultura estava consolidada em Ribeirão Preto. Neste ano o número de cafeeiros girava em torno de 30 milhões. O número de pés de café permaneceu estabilizado até 1929. Já em 1940 os cafeeiros em Ribeirão Preto não passavam de 13 milhões de pés, passando para menos de 10 milhões em 1950.

Apesar do número de pés de café ficar estabilizado entre 1900 e 1929, é possível observar que a produção de café neste período apresentou uma tendência de queda. Em 1903 a produção de café em Ribeirão Preto era de 2,4 milhões de arrobas e em 1929 foi de 1,6 milhões de arrobas. Apesar dessa tendência de queda a produção do café em 1922 era elevadíssima, 2,5 arrobas¹¹. Ressalta-se que segundo o censo agrícola de 1920, Ribeirão Preto era o 6º maior município produtor de café do Brasil e o segundo de São Paulo, perdendo apenas para Campinas.

A partir dessas informações a respeito da população, do número de cafeeiro e da sua produção, verificou-se que em 1920 a cafeicultura era o motor da economia de Ribeirão Preto. O advento da crise do café de 1929 provocou uma inversão, principalmente, em decorrência da consolidação das atividades urbanas que já vinham se desenvolvendo desde os primórdios da expansão cafeeira.

A expansão do setor urbano em relação ao rural, principalmente, após 1929 também pode ser percebido a partir do período de fundação das principais indústrias de Ribeirão Preto entre 1900 e 1945.

Entre as 11 principais indústrias de Ribeirão Preto em 1945, apenas duas foram fundadas antes de 1929, sendo que ambas estavam ligadas à produção de cerveja. Na década de 1930 apenas 3 foram fundadas, sendo duas beneficiadora de algodão e uma produtora de óleo e de sabão. As outras 6 indústrias foram fundadas na década de

¹¹ MARCONDES, Renato Leite. O café em Ribeirão Preto (versão preliminar de artigo). Ribeirão Preto: FEACRP-USP, 2002.

1940. Entre elas, 4 atuavam no setor de beneficiamento de algodão e duas no de cana-de-açúcar¹².

É interessante observar que as 9 principais indústrias estavam atreladas às atividades que presenciaram um desenvolvimento significativo após 1930. Dentre elas a produção de algodão e de cana-de-açúcar. A produção do algodão, que era de 148 toneladas em 1920 passou para 1.325 em 1950.

Características da amostra

Utilizamos 108 inventários para analisar a composição dos níveis de riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951. Antes de estudar os ativos da riqueza dos cafeicultores faz-se necessário a análise do perfil social dos mesmos que compõem a amostra.

Os cafeicultores eram predominantemente do sexo masculino. Os homens representavam 76,0% e as mulheres 24,0%. Este desequilíbrio dos sexos demonstra que os homens tinham uma expectativa de vida menor que a das mulheres.

Os cafeicultores eram na sua maioria casados. Os casados compreendiam 75,0%, os solteiros 2,8% e os viúvos 22,2%. Em relação ao estado conjugal o que chama atenção é o número significativo de viúvos que supera o de solteiros.

O número expressivo de viúvos está associado à presença significativa de cafeicultores com idade acima de 50 anos. Os cafeicultores com mais de 50 anos representavam mais de 60%. Segundo Lewkowicz e Gutiérrez¹³ os homens normalmente casavam com mulheres mais novas e mesmo depois que se tornavam viúvos tinham maior facilidade para contrair outro matrimônio.

Apesar das mulheres corresponderem a 24,0% dos cafeicultores elas representavam 45,8% dos viúvos. Por outro lado, os homens compreendiam 66,7% dos solteiros e 82,7% dos casados. Neste sentido, conclui-se que as mulheres tornavam-se cafeicultoras principalmente após a morte do marido, já que enquanto estivesse casada o

¹² PIRES, Júlio Manuel. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In: BACELLAR, C. A. P. ; BRIOSCHI, L.R. orgs. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p.190

marido tomava conta dos negócios e enquanto solteira este era de responsabilidade dos seus pais ou de seus irmãos. A única mulher cafeicultora solteira da amostra era sócia de seu irmão, supondo assim que o mesmo administrava os bens do irmão.

O predomínio de casados na amostra evidencia que o casamento era um meio muito utilizado para se enriquecer. Stein¹⁴ ao estudar a decadência da cafeicultura no vale do Paraíba, na segunda metade do século XIX, afirma que muitos jovens com o diploma de advogado ou médico mudavam para regiões de fronteira e casavam com as filhas de grandes proprietários de terras. Em Ribeirão Preto este procedimento também foi utilizado. Leovegildo Uchôa, advogado e natural de alagoas, um dos indivíduos mais ricos de Ribeirão na década de 1940, casou no final do século XIX, momento que a expansão cafeeira se intensificava na região de Ribeirão Preto com a filha de um grande proprietário de terras, o coronel Domingos Vilela de Andrade. O pai da noiva doou em 18 de julho de 1893, 290,4 hectares de terras ao casal. Leovegildo aproveitando o momento de expansão da cafeicultura montou a fazenda de café denominada “São Sebastião” situada em Ribeirão Preto, no distrito de paz de Gaturamo.

A distribuição dos cafeicultores em relação a ocupação revela que a maioria dedicava-se exclusivamente a produção do café. Os cafeicultores que se ocupavam exclusivamente com o cultivo do café representavam 81,5% , os comissários 3,7%, os capitalistas 6,5%, os comerciantes 4,6% e os outros que se dedicavam a outras atividades (advogado, médico, engenheiro e plantador de cana) 3,6%. Estes dados confirmam o fato que os membros do grande capital cafeeiro eram uma pequena fração dos cafeicultores¹⁵.

Em relação a naturalidade observa-se que houve um predomínio de estrangeiros. Os estrangeiros representavam 44,1%, os paulistas 31,4%, os mineiros 1,9%, os alagoanos 0,9 e os não identificados 17,6%. Os italianos destacavam-se entre os estrangeiros, seguidos pelos portugueses. Os italianos compreendiam 55,7%, os portugueses 36,5%, os japoneses 3,8%, os espanhóis e os austríacos 2,0%. Os ribeirão pretanos representavam 61,7%, os campineiros 8,8% e os cafeicultores de outros municípios compreendiam 28,5%. O número elevado de cafeicultores estrangeiros não é

¹³ LEWKOWICZ, Ida; GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Estudos de História. Franca, 4(1), 129-146, 1997.

¹⁴ STEIN, Stanley. J. *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Brasiliense, 1961. P.149

dado peculiar de Ribeirão Preto. Holloway¹⁶ identificou que, em 1934, 48% das propriedades que cultivavam café estavam nas mãos de estrangeiros. (Tabela 2)

Tabela 2
Distribuição dos cafeicultores segundo a naturalidade em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951

Naturalidade	Números absolutos	Porcentagens
Portugal	19	17,6
Itália	29	26,9
Japão	2	1,9
Áustria	1	0,9
Espanha	1	0,9
São Paulo	34	31,4
Minas Gerais	2	1,9
Alagoas	1	0,9
Não identificado	19	17,6
Total	108	100,0

Fonte: Arquivo Judiciário de Ribeirão Preto Inventários

O número elevado de estrangeiros e de ribeirãopretanos como cafeicultor chama-nos atenção para o fato que a corrida para as terras roxas, no final do século XIX, de indivíduos de zonas decadente não foi tão intensa. Oliveira ao estudar as transações imobiliárias em Ribeirão Preto no final do século XIX, revela que em torno de 80% das transações de terras eram realizadas entre moradores de Ribeirão Preto. Os paulistas da capital representavam 15,94 dos compradores de terras identificados como sendo fora de Ribeirão Preto, no final do século XIX¹⁷.

A presença significativa de imigrantes como cafeicultores é resultado do processo de fragmentação de algumas propriedades cafeicultoras que ocorreu antes e depois da crise do café de 1929.

O processo de fragmentação das propriedades ao longo da primeira metade do século XX pode ser observado a partir da análise da quantidade de fazendas, sítios e chácaras. Seguindo a definição de Stein¹⁸ considera-se fazenda a propriedade agrícola que possuía mais de 30 alqueires paulista, sítio propriedade agrícola afastada da

¹⁵ Sobre o grande capital cafeeiro ver: PERISSINOTTO, Renato M. *Classes sociais e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994 / SILVA, Sérgio. op. cit.

¹⁶ HOLLOWAY. Thomaz H. *Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁷ OLIVEIRA, Henrique Caldeira de. *As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Dissertação de Mestrado. UNESP-Araraquara, 2003. pp.124,130 e 131

¹⁸ STEIN, STANLEY. J. op. cit.p.143

cidade com até 30 alqueires paulistas, chácara pequena propriedade agrícola que se assemelha a um sítios e que está localizada entre o perímetro urbano e o rural.

Os cafeicultores que possuíam sítios correspondiam a 58,3%. Os proprietários que tinham apenas um sítio representavam 48,1%, os que detinham entre 2 e 4 compreendiam 10,2% e 41,7% não eram de sítiantes. (Tabela 3)

Tabela 3
Distribuição da quantidade de sítios dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951

Quantidade de sítios	Número de proprietários	Porcentagens de Proprietários
0	45	41,7
1	52	48,1
2	08	7,4
3	03	2,8
Total	108	100,0

Fonte: Arquivo Judiciário de Ribeirão Preto
Inventários

Em relação às chácaras observa-se que apenas 10,2 cafeicultores possuíam. Todos tinham apenas uma chácara cada um. (Tabela 4)

Tabela 4
Distribuição da quantidade de chácaras dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951

Quantidades de chácaras	Números de proprietários	Porcentagens de proprietários
0	97	89,8
1	11	10,2
Total	108	100,0

Fonte: Arquivo Judiciário de Ribeirão Preto
Inventários

Os cafeicultores fazendeiros compreendiam apenas 30,7%. Os que possuíam 1 fazenda representavam 27,8%, os que detinham 2 fazendas compreendiam 3% e os que tinham mais de 3 correspondiam a 6,1%. O que chama atenção é o fato de que 59,3% dos cafeicultores não possuíam fazendas. (Tabela 5)

Tabela 5

Distribuição das fazendas dos cafeicultores de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951

Quantidades de fazendas	Números absolutos	Porcentagens
0	64	59,3
1	30	27,8
2	06	5,6
3	07	6,5
4	01	0,9
Total	108	100,0

Fonte: Arquivo Judiciário de Ribeirão Preto Inventários

A predominância de sitiantes em relação aos fazendeiros, nos distancia da imagem típica do predomínio de grandes propriedades cafeeiras sempre recorrente na Historiografia sobre Ribeirão Preto.

A análise dos tamanhos dos cafezais refuta ainda mais a imagem típica do predomínio de grandes cafeicultores. A tabela 6 nos permite observar que 84,3% dos cafeicultores possuíam até 100 mil pés de café, 14,8% entre 101 e 500 mil e apenas 0,9% mais de 500 cafeeiros. Apesar dos cafeicultores com até 100 mil pés de café constituírem a maioria da amostra, possuíam apenas 24% dos cafeeiros. Os que tinham entre 101 e 500 mil pés de café detinham 67% dos cafeeiros e os que possuíam mais de 500 pés de café, 9%.

Renato Leite Marcondes¹⁹ ao estudar a dinâmica da cafeicultura de Ribeirão Preto verificou que em 1934, 70,7% dos cafeicultores tinham até 100 mil cafeeiros, 23,3% possuíam entre 101 e 500 mil e apenas 6,0 possuíam mais de 500 mil pés de café. Segundo Marcondes, os cafeicultores que possuíam até 100 mil detinham 10,5% dos cafeeiros, os que estavam na faixa de tamanho de 101 a 500 mil, 46,0% e os na faixa de mais de 500 mil pés 43,5% dos cafeeiros. A diferença da amostra em relação aos dados apresentados por Marcondes está relacionada com o fato que grandes cafeicultores em decorrência da crise de 1929 foram obrigados a fracionar as suas fazendas, além de que muitos erradicaram os cafeeiros para cultivar algodão, cana-de-açúcar e etc.

¹⁹ MARCONDES, Renato Leite. op. cit.

Tabela 6
Distribuição dos cafeeiros dos cafeicultores segundo as faixas de tamanho em Ribeirão Preto entre 1920-1951

Faixas de tamanho dos cafeeiros	Número absolutos	Porcentagens
1-10000	57	52,8
11000-20000	12	11,1
21000-50000	12	11,1
51000-100000	10	9,3
101000-500000	16	14,8
501000 e ou +	1	0,9
Total	108	100,0

Fonte: Arquivo Judiciário de Ribeirão Preto Inventários

Composição dos ativos da riqueza dos cafeicultores

O período sob análise (1920-1951) é marcado pela transição de uma economia capitalista exportadora, a qual o setor dominante era o comércio, para uma economia capitalista industrial, em que o setor dominante era a produção. Este período de transição é marcado pela valorização, desvalorização e um processo inflacionário. Para facilitar a análise da transformação da riqueza dos cafeicultores, utiliza-se de algumas datas balizares. Entre 1920 e 1924 a cafeicultura passou por várias crises que obrigou o governo a aplicar um plano de valorização permanente do preço do café a partir de 1925. Entre 1925 e 1929 o preço do café atingiu um valor até então não alcançado. Com a crise de 1929 o café sofre uma desvalorização expressiva, aliado a uma mudança de rumos da política brasileira que culminou na Revolução paulista de 1932. A partir da revolução de 1932 o governo federal faz uma intervenção na produção e comércio do café, instituindo cotas para exportação e queima de café, que perdurou até 1944. Entre 1939 e 1945 a Segunda guerra mundial marca um novo rumo para Brasil levando ao seu final a destituição do governo que assumiu o poder federal após a crise de 1929. Tendo por base estes períodos dividiu-se o período pesquisado em seis subperíodos. O primeiro período compreende (1920-1924), o segundo (1925-1929), o terceiro (1930-1932), o quarto (1933-1938), o quinto (1939-1945) e o sexto (1946-1951).

Objetivando facilitar a análise mesmo sabendo dos limites, dividimos os ativos da riqueza dos cafeicultores em dois subgrupos:

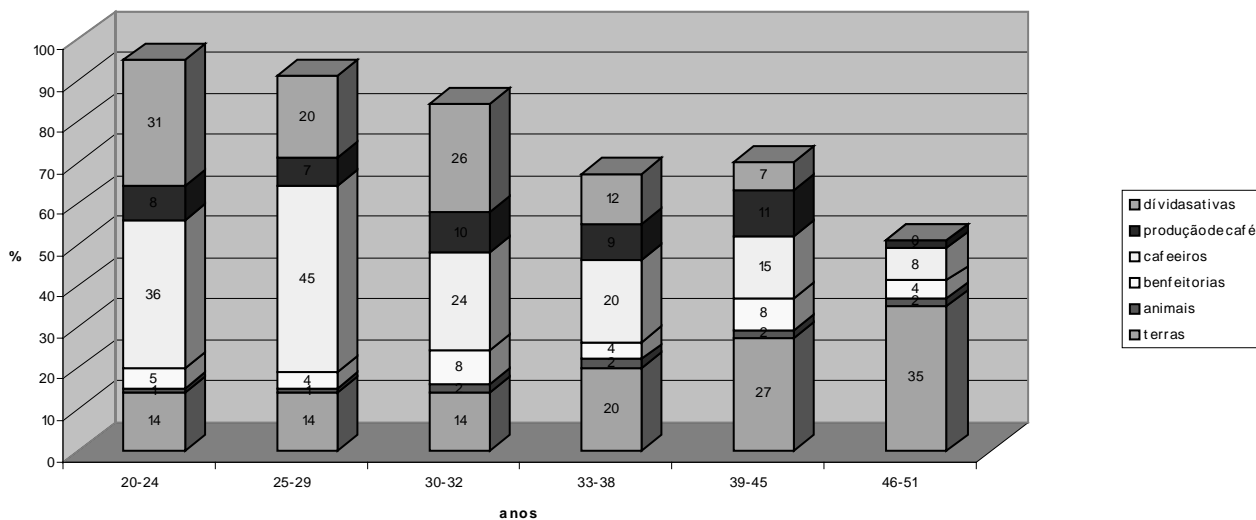
- a) ativos da riqueza característicos de uma economia capitalista exportadora; terra, pés de cafeeiro, safra de café, benfeitorias da fazenda, animais, terras e dívidas ativas.

b) ativos da riqueza característicos de uma economia capitalista industrial; ações, dinheiro, máquinas, ferramentas, automóveis, e imóveis urbanos (prédios e terrenos).

A partir do gráfico 1 é possível verificar que os ativos da riqueza característicos de uma economia capitalista exportadora correspondiam em todo o período estudado a maior parcela da riqueza dos cafeicultores. Observa que após 1929 estes sofreram uma diminuição expressiva. Até 1929 representavam 95% dos ativos da riqueza e em 1951 compreendiam 51% dos ativos dos cafeicultores. Ressalta-se que alguns ativos tiveram a participação diminuída, outros permaneceram estáveis e ou aumentaram a sua presença na composição dos níveis de riqueza dos cafeicultores.

Gráfico 1

Distribuição dos ativos dos cafeicultores de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951: dívidas ativas, produção de café, benfeitorias, animais e terras



O ativo que sofreu maior diminuição nos níveis de riqueza dos cafeicultores foi os pés de café. Entre 1920 e 1924 os cafeeiros representavam 36% da riqueza. No segundo período (1925-1929) os cafeeiros tiveram acrescido a sua participação, passando para 45% da riqueza. O aumento deste ativo neste intervalo de tempo explica-se pelo fato que a economia cafeeira passou por várias crises no primeiro período(1920-1924). Dentre estas crises podem ser ressaltadas: a geada de 1918, que destruiu vários cafeeiros, a

crise da economia norte americana em 1921 e a seca de 1924. Já no segundo período (1925-1929), a cafeicultura presenciou o seu apogeu. Neste período a política de valorização permanente do café instituída em 1924 surtia seus efeitos. O crédito era abundante, principalmente, por meio da transformação do Banco Hipotecário de São Paulo, que era particular, em um banco estatal (o Banespa). O Banespa se tornou o grande financiador dos cafeicultores paulistas, deste período²⁰.

No terceiro período (1930-1932), a participação dos cafeeiros na composição da riqueza sofreu uma queda significativa. Os cafeeiros que compreendiam 45% da riqueza dos cafeicultores entre 1925 e 1929 passaram para 24% no período subsequente (1930-32). A queda da participação dos cafeeiros na riqueza é reflexo da crise econômica mundial, mais especificamente, da valorização artificial do preço do café que vinha ocorrendo desde 1906. Após este período a participação dos cafeeiros na riqueza dos cafeicultores continuou a diminuir, porém num ritmo mais lento. Entre 1933 e 1938 os cafeeiros representavam 20% da riqueza dos cafeicultores, 15% entre 1939 e 1945 e 8% entre 1946 e 1951. A diminuição dos cafeeiros na composição da riqueza após 1929 refletiu a substituição do cultivo do café para outros tipos de cultura. Como já salientamos, o cultivo do algodão, da cana-de-açúcar, do milho, arroz e etc, apresentaram um crescimento significativo, enquanto que os cafeeiros foram sendo erradicados após 1930. Ressalta-se que em torno de dois terços dos cafeeiros foram erradicados após a crise de 1929.

A participação das benfeitorias nos níveis de riqueza dos cafeicultores permaneceu estável ao longo dos anos estudados. No primeiro período (1920-1924) analisado as benfeitorias correspondiam a 5,0% da riqueza, já no último período (1946-1951) representavam 4,0% da riqueza dos cafeicultores. Ressalta-se que as benfeitorias correspondiam a infraestrutura das fazendas, sítios e chácaras como: casas de colonos, carroças, casa de morada, cocheira, tulha, paiol, etc. Dessa forma, mesmo os cafeeiros sendo eliminados, as benfeitorias mantiveram estáveis as suas participações, uma vez que cafeicultores utilizaram a infra estrutura deixada pelas propriedades que anteriormente produzia café para cultivar algodão, cana-de-açúcar e outros produtos.

²⁰ TORELLI, Leandro Salman. *A criação do Banco do Estado de São Paulo: um estudo sobre a política de defesa do café, 1906-1930*. UNESP-Franca, 2001.

A participação da produção de café nos níveis de riqueza dos cafeicultores aumentou até o penúltimo período analisado. No primeiro período (1920-24) representava 7,70% da riqueza dos cafeicultores e 11% entre 1939 e 1945. Porém, no último período ocorreu uma diminuição significativa em decorrência do aumento da participação de outros ativos, principalmente de imóveis urbanos, dinheiro, ações e terras.

A participação dos animais na composição dos níveis de riqueza dos cafeicultores aumentou ao longo dos anos estudados. Os animais representavam 1% dos ativos entre 1920 e 1924 e 2% entre 1946 e 1951.

A terra juntamente com os animais foram os únicos ativos característicos de uma economia capitalista exportadora que apresentaram uma elevação na participação nos níveis de riqueza dos cafeicultores. Entre 1920 e 1924 a terra representava 14% da riqueza, já entre 1946 e 1951 correspondia 35% da riqueza dos cafeicultores. Observa-se que o aumento da terra nos níveis de riqueza esteve intimamente ligado ao processo de valorização da terra que ocorreu em decorrência do abandono do cultivo do café e o plantio de outras culturas como o algodão a cana-de-açúcar e etc, que apresentaram um aumento significativo no seu preço após 1930.

As dívidas ativas, que correspondiam a dinheiro que o inventariado havia emprestado a terceiro, tiveram as suas participações diminuídas nos ativos da riqueza dos cafeicultores. As dívidas ativas representavam 30,37% da riqueza entre 1920 e 1924, enquanto que entre 1945 e 1949 correspondiam a 3,70% da riqueza dos cafeicultores. Esta diminuição das dívidas ativas na composição da riqueza é consequência da consolidação do sistema financeiro que ocorreu em Ribeirão Preto, após 1930. Antes de 1930 o sistema de crédito era muito incipiente²¹. Dessa forma os cafeicultores, principalmente, aqueles que se dedicavam exclusivamente a produção do café recorriam aos grandes cafeicultores que atuavam como agiotas. Estes emprestavam dinheiro com juros em torno de 10% ao ano, tendo como garantia as propriedades dos que contraíam os empréstimos. A liberação de crédito aos cafeicultores pelo Banco do Brasil que ocorreu só a partir de 1937 evidencia este fato. O banespa, que foi criado em 1926 para financiar os cafeicultores paulistas, emprestava dinheiro aos cafeicultores tendo como garantia a produção de café. Porém este

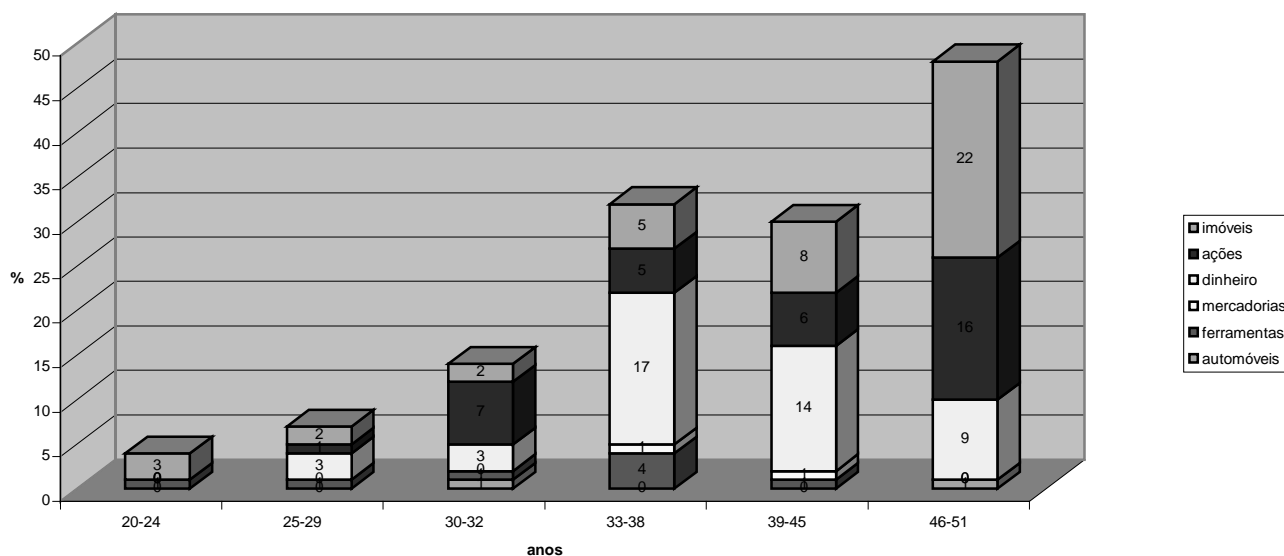
²¹ Sobre crédito e bancos no Estado de São Paulo ver: SAES, Flávio Azevedo. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

tipo de financiamento foi um dos fatores que solaparam vários cafeicultores, já que estes, após 1929, deviam uma grande quantia ao banco, mas as sacas de café estocadas nos armazéns não cobriam as dívidas, devido a desvalorização do preço do café que ocorreu após a crise do café de 1929. É necessário enfatizar que os cafeicultores que emprestavam dinheiro no momento em que o crédito era escasso, transferiram seus investimentos para ações, imóveis, terras, depósito nas agências bancárias e etc, após a consolidação do sistema financeiro²².

A partir do gráfico 2 é possível verificar que os ativos da riqueza característicos de uma economia capitalista industrial correspondiam em todo o período estudado a menor parcela da riqueza dos cafeicultores. Observa que após 1929 estes apresentaram um aumento expressivo. Entre 1920 e 1924 representavam menos de 5% dos ativos da riqueza dos cafeicultores e entre 1946 e 1951 compreendiam 49% ativos da riqueza dos cafeicultores. Ressalta-se que quase todos ativos tiveram a sua participação aumentada e outros permaneceram estáveis na composição da riqueza dos cafeicultores.

Gráfico 2

Distribuição dos ativos da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto entre 1920 e 1951: imóveis, ações, dinheiro, mercadorias, ferramentas, automóveis



²² TORELLI, Leandro Salman. op. cit.

O ativo dinheiro, que normalmente estava depositado em agências bancárias, apresentou um crescimento significativo na participação da composição dos níveis de riqueza dos cafeicultores. No primeiro período (1920-1924) o dinheiro não compunha a riqueza dos cafeicultores, porém no último período da análise (1946-1951) este ativo representava 9% da riqueza dos cafeicultores.

As ações de empresas também apresentaram um crescimento ao longo dos anos estudados. Entre 1920 e 1924 estas não compunham os ativos da riqueza, enquanto que entre 1946 e 1951 participam com 16% da composição da riqueza dos cafeicultores. O crescimento dos ativos, dinheiro e ações refletem a consolidação do sistema financeiro após a crise de 1929, como já ressaltado anteriormente. Segundo Júlio Pires²³, Ribeirão Preto figurava como o quarto centro financeiro de São Paulo, perdendo apenas, para a cidade de São Paulo, Santos e Campinas.

Os imóveis urbanos (terrenos e prédios) tiveram as suas participações aumentadas na composição da riqueza dos cafeicultores. No primeiro período (1920-1924) os imóveis representavam 3% da riqueza. No último período (1946-1951) analisado correspondiam a 22% da riqueza dos cafeicultores. O aumento da participação dos imóveis na composição dos níveis de riqueza está diretamente ligado ao processo de valorização que os terrenos e os prédios em Ribeirão Preto apresentaram após 1930, em decorrência da transferência do centro dinâmico da economia do setor rural para o urbano. Este fato pode ser comprovado pelo aglomerado de pessoas que se transferiu da zona rural para a cidade dentro do próprio município, bem como aquelas que migram de outras localidades para a zona urbana de Ribeirão Preto.

Os automóveis e as ferramentas tiveram as suas participações estável ao longo do período analisado. Entre 1920 e 1924 os automóveis e as ferramentas correspondiam a 1% da riqueza dos cafeicultores e no último período analisado (1946-1951) compreendiam ainda apenas 1%.

A partir da análise da composição dos ativos nos níveis de riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto verifica-se que a crise de 1929 mudou a configuração da mesma. Os cafeicultores apesar de investirem em outros setores, observa-se que estes foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior

²³ PIRES, Júlio Manuel. op.cit. p.195

parte da suas riquezas aplicadas no setor rural da economia de ribeirão preto. Dessa forma, pode-se concluir que eles aproveitaram as novas oportunidades de investimentos mas foram cautelosos ao aplicar o seu capital. Ressalta-se que o aumento significativo dos ativos ligados a uma economia capitalista industrial, entre 1946 e 1951, está ligado ao fato que dois cafeicultores que morreram neste período, já vinham diversificando seus investimentos bem antes de 1929. Um deles é um italiano que atuava como capitalista na região de Ribeirão Preto, que possivelmente arrematou a sua propriedade agrícola como parte de pagamento de dívidas contraídas por outros cafeicultores e o outro é um tradicional cafeicultor, que comprou vários terrenos na Capital de São Paulo e construiu prédios. Na época de sua morte, os imóveis urbanos compreendiam mais de 80% de seu patrimônio.

Este quadro leva-nos a levantar a hipótese da força da tradição que Arno Mayer utilizou para estudar a persistência do antigo regime na Europa entre a Segunda metade do século XIX e a primeira guerra mundial. Segundo ele:

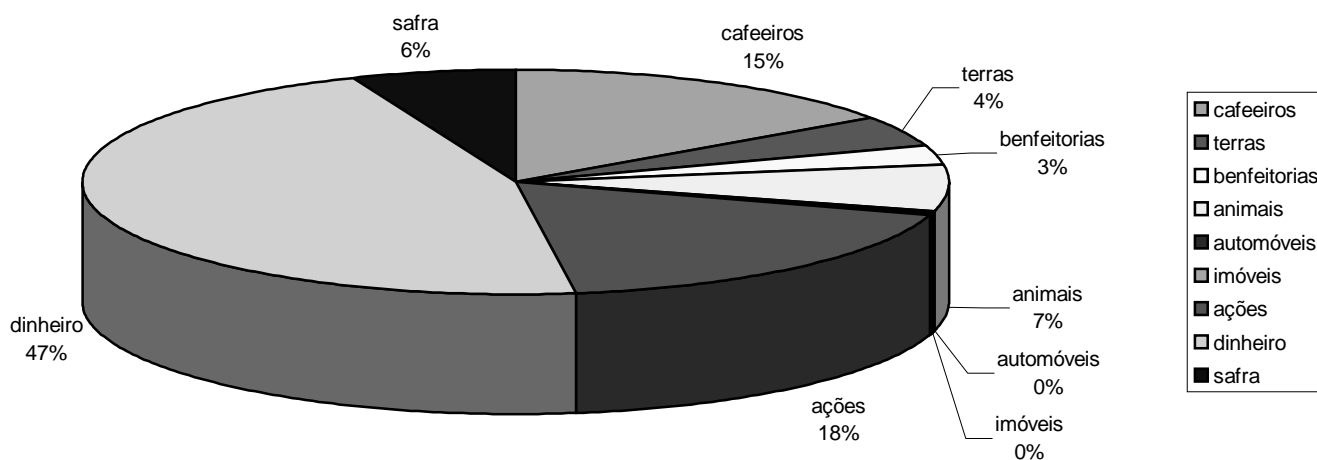
“a propriedade fundiária ainda constituía, sem exceção, a principal forma de riqueza pessoal e a maior fonte de renda privada, devido também à alta dos valores imobiliários nas cidades. É verdade que, embora a terra e a agricultura continuassem a ocupar o primeiro lugar em termos absolutos, estavam perdendo terreno para a indústria e o capital móvel em termos relativos. Mas isso não significa que a propriedade agrária e o senhor pós-feudal estivessem prestes a desmoronar. Os grandes magnatas, em particular, tratavam de manter e expandir o que era seu. Enquanto em algumas áreas eles compravam as terras da pequena fidalguia oscilante a preços vantajosos, em outras lucravam desproporcionalmente com a alta dos valores da terra. Além disso, numerosos grandes proprietários se tornaram prósperos agricultores. Racionalizaram a exploração da terra, passaram a processar alimentos e extrair madeira, e diversificaram seu capital, investindo em imóveis urbanos e especulações de negócios. Por último, mas não menos importante, os grandes agricultores, principalmente em épocas de adversidade econômica, conseguiram assegurar tarifas alfandegárias, taxas de juros, subsídios e impostos favoráveis, graças a seus íntimos laços com o setor (...) no governo. No mais das vezes, obtinham esses benefícios governamentais em colaboração com porta-vozes da manufatura tradicional de bens de consumo e a recente indústria pesada, que também clamavam por auxílio estatal²⁴.

²⁴ MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*; tradução Denise Bottmann, consultor desta edição Francisco Foot Hardman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.29

A partir da análise dos inventários de Francisco Maximiano Diniz Junqueira que morreu em 1931 e de sua mulher Maria Emerenciana Junqueira que morreu em 1951 é possível comprovar esta hipótese da força da tradição entre os cafeicultores de Ribeirão Preto de 1920 a 1951.

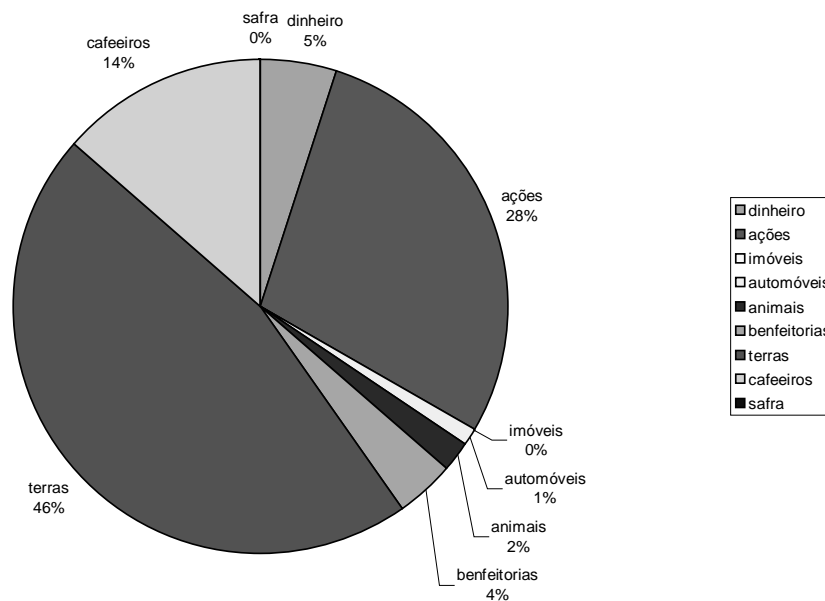
Francisco M. D. Junqueira, mais conhecido como Quinzinho, membro ativo da política de Ribeirão Preto, ao morrer em 1931, deixou um patrimônio avaliado em 7.071:000\$000 contos de réis. Francisco Junqueira atuava principalmente no setor financeiro. Os seus investimentos em depósito bancário representavam 47% do seu patrimônio. As aplicações em ações também eram significativas, 18%. As terras compreendiam 4%, a produção cafeeira 6% e os animais 7% da riqueza deste cafeicultor. Ressalta que Quinzinho fazia parte do grande capital cafeeiro, que dominava as relações políticas e econômica ao longo da República velha. Os membros do capital cafeeiro aplicavam a maior parte de seu patrimônio em outras atividades que não fosse a produção de café, já que o setor dominante da economia neste período era o mercantil e não o produtivo. (gráfico 3)

Gráfico 3 Distribuição dos ativos da riqueza de Francisco Maximiano Diniz Junqueira em 1931



Após a morte de Quinzinho a sua mulher, dona Maria Emerenciana Junqueira, utilizou o dinheiro que compunha quase 50% do patrimônio do falecido para comprar terras e ações. Dona Emerenciana, ao morrer em 1951, deixou um patrimônio avaliado em 11.571.443,80 cruzeiros²⁵. A maior parte da sua fortuna estava aplicada em terras seguida por ações e cafeeiros. Os ativos de sua riqueza eram compostos por 46% em terras, 28% em ações, 14% em café e os 12% restantes em animais, benfeitorias, imóveis, automóveis e dinheiro. Apesar das mulheres serem consideradas conservadores em seus investimentos, é interessante observar que a esposa de Quinzinho não abandonou a faina cafeeira e aplicou quase a totalidade do dinheiro em terras, porém continuou a diversificar o seu capital em ações de grandes corporações. (gráfico 4)

Gráfico 4 Distribuição da riqueza de Maria Emerenciana Junqueira em 1951



²⁵ Segundo Love, "Até 1942, a moeda nacional era o milréis. A maior unidade monetária era o conto, que equivalia a 1.000 milréis e se escrevia 1.000\$000. A partir de 1º de novembro de 1942 o cruzeiro subsistiu o milréis, sendo que um milréis (1\$000) passou a valer um cruzeiro (Cr\$ 1,00). LOVE, Joseph. A Locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937). Trad. de Vera Alice Cardoso Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.6

Na amostra aparecem alguns cafeicultores atuando no setor do comércio, porém estes cafeicultores são imigrantes, que acumularam nos centros urbanos e transferiram parte da sua riqueza para o setor rural. Um exemplo típico dessa situação é a firma dos irmãos Verry, que atuavam no comércio de secos e molhados. Os irmãos Verry aproveitaram o processo de acumulação que intensificou após 1930 em decorrência da transferência da população do campo para a cidade e a falência de alguns cafeicultores para comprar duas fazendas no município de Araraquara com mais 200 mil pés de café no valor de 240:000\$000 contos cada uma.

Por outro lado não observa-se na amostra cafeicultores investindo no setor de comércio. No setor industrial verifica-se que vários deles investiram em ações de empresas como a Companhia Antarctica Paulista, cimento Portland, banco Itaú e etc. Porém, não identificamos nenhum investimento direto na produção industrial.

Leovegildo Uchoa se apresentou como uma exceção em relação aos investimentos tradicionais. Esse cafeicultor advogado em 1922 possuía mais de 160 mil pés de café. Quando morreu em 1947 continuava com os mesmos pés de café e detinha mais de 25% da riqueza do conjunto dos cafeicultores analisados entre 1945 e 1949. O mais interesse de observar é que mais de 80% de sua fortuna estavam alocadas em imóveis na Capital de São Paulo.

Antes mesmo da crise de 1929, Leovegildo comprou terrenos e iniciou a construção de prédios em zonas nobres da cidade de São Paulo, Consolação e Higienópolis. Dessa forma, em decorrência da valorização dos terrenos e prédios, principalmente após a crise de 1929, a fortuna desse tradicional cafeicultor adquiriu estes contornos. Leovegildo, apesar de não abandonar o cultivo do café não mostrou nenhum interesse em continuar, já que em 1931 recebeu de herança a metade de uma fazenda de café, avaliada em 500 contos de réis, e possivelmente vendeu, pois a mesma não foi arrolada em seu inventário em 1947.

Considerações Finais

A análise dos 108 inventários de cafeicultores evidencia que o destino da suas aplicações não foi unilateral. A maioria optou por um investimento mais conservador, mesmo diante de várias oportunidades de investimentos abertas pela crise do café de 1929. É interessante observar que a maioria dos cafeicultores não abandonou totalmente o cultivo do café até 1951, os que fez foram aqueles que venderam suas propriedade para saldar dívidas contraídas antes da crise do café de 1929. Como foi o caso da mulher de João Ferreira Penteadado importante cafeicultor que tinha mais de 700 mil cafeeiros em 1936, ano de sua morte. Porém, apesar de ter um patrimônio avaliado em 2.487:265\$000 contos tinha como passivo 2:467.998.173. A mulher tentou rolar a dívida por vários mas não conseguiu pagar a mesma, conseguindo apenas ficar com dois lotes de terras localizados no perímetro urbano de Ribeirão Preto.

Referências Bibliográficas

- COSTA, E. da. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. São Paulo, 1955.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL:EDUSP, 1971.
- Flávio de Azevedo Marques. *As Ferrovias de São Paulo 1870-1940*. S. Paulo/Brasília, Hucitec/Instituto Nacional do livro.
- HOLLOWAY, Thomaz H. *Imigrantes para o café – café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- LEWKOWICZ, Ida;GUTIÉRREZ, Horacio. As viúvas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Estudos de História*. Franca, 4(1), 129-146, 1997.
- MARCONDES, Renato Leite. *O café em Ribeirão Preto (versão preliminar de artigo)*. Ribeirão Preto: FEACRP-USP, 2002.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914*; tradução Denise Bottmann, consultor desta edição Francisco Foot Hardman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.29
- MELLO, João Manuel C. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação*

e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982, 2ª edição.
SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfozes da Riqueza São Paulo, 1845 – 1895*. Prefeitura do Município de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, Oswaldo Luiz; TARTAGLIA, José Carlos. *Agricultura paulista e sua dinâmica regional, 1920-1980*. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista; v.1, n.2).

OLIVEIRA, Henrique Caldeira de. *As transações imobiliárias em Ribeirão Preto de 1874 a 1899*. Dissertação de Mestrado. UNESP-Araraquara, 2003.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Empresários, suas origens e as interpretações do Brasil*. In *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. Tamás Szmercsányis & Ricardo Maranhão (organizadores). 2 ed. Revista. – São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes sociais e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994

PIRES, Júlio Manuel. *Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950*. In: BACELLAR, C. A. P. ; BRIOSCHI, L.R. orgs. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

SAES, Flávio Azevedo. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850 – 1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STOLTKE, *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.SAES,

TORELLI, Leandro Salman. *A criação do Banco do Estado de São Paulo: um estudo sobre a política de defesa do café, 1906-1930*. UNESP-Franca, 2001.